

ÍNDIOS/ Relatório de 1968, supostamente desaparecido, relata extermínio de aldeias inteiras, envenenamentos, torturas e assassinatos praticados pelo próprio Estado. Material vai ser enviado à Comissão da Verdade

Extermínio documentado

» FELIPE CANÊDO

Depois de 45 anos desaparecido, um dos documentos mais importantes produzidos pelo Estado brasileiro no último século, o chamado Relatório Figueiredo, que apurou matanças de tribos inteiras, torturas e toda sorte de crueldades praticadas contra índios em todo o país — principalmente por latifundiários e funcionários do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) —, ressurge quase intacto. Supostamente destruído em um incêndio no Ministério da Agricultura, ele foi encontrado recentemente no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, com mais de 7 mil páginas preservadas e contendo 29 dos 30 tomos originais.

Em uma das inúmeras passagens brutais e revoltantes do texto, a que o *Estado de Minas/Correio* teve acesso com exclusividade, um instrumento de tortura apontado como o mais comum nos postos do SPI à época, chamado “tronco”, é descrito da seguinte maneira: “Consistia na trituração dos tornozelos das vítimas, colocadas entre duas estacas enterradas juntas em um ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente”.

Entre denúncias de caçadas humanas promovidas com metralhadoras e dinamites atiradas de aviões, inoculações propostas de varíola em povoados isolados e doações de açúcar misturado a estricnina — um veneno —, o texto, redigido pelo então procurador Jader de Figueiredo Correia, resuscita incontáveis fantasmas e pode se tornar agora um trunfo para a Comissão da Verdade, que apura violações de direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988.

A investigação, feita em plena ditadura, a pedido do então ministro do Interior, Albuquerque Lima, em 1967, foi o resultado de uma expedição que percorreu mais de 16 mil quilômetros, entrevistou dezenas de agentes do SPI e visitou mais de 130 postos indígenas. Jader de Figueiredo e sua equipe constataram diversos crimes, propuseram a investigação de muitos mais que lhes foram relatados pelos índios, se chocaram com a crueldade e a bestialidade de agentes públicos. Ao final, no entanto, o Brasil foi privado da possibilidade de fazer justiça. Albuquerque Lima

chegou a recomendar a demissão de 33 pessoas do SPI e a suspensão de 17, mas, posteriormente, muitas delas foram inocentadas pela Justiça.

Os únicos registros do relatório disponíveis até hoje eram os presentes em reportagens publicadas na época de sua conclusão, quando houve uma entrevista coletiva no Ministério do Interior, em março de 1968, para detalhar o que fora constatado por Jader e sua equipe. A entrevista teve repercussão internacional, merecendo publicação inclusive em jornais importantes como o *New York Times*. No entanto, tempos depois da entrevista, o que ocorreu não foi a continuação das investigações, mas a exoneração de funcionários que haviam participado do trabalho. Quem não foi demitido foi trocado de função, numa tentativa de esconder o acontecido. Em 13 de dezembro do mesmo ano, o governo militar baixou o Ato Institucional nº 5, restringindo liberdades civis e tornando o regime mais rígido.

Preocupação

O vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo e coordenador do Projeto Armazém Memória, Marcelo Zelic, foi quem descobriu o conteúdo do documento. Ele afirma que, antes de ser achado, o Relatório Figueiredo já havia se tornado motivo de preocupação para setores que estão possivelmente envolvidos nas denúncias. “Já tem gente tentando desqualificar o relatório, acho que por um forte medo de ele aparecer, as pessoas estão criticando o documento sem ter lido”, acusa.

“É espantoso que exista na estrutura administrativa do país repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência. E que haja funcionários públicos cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Torturas contra crianças e adultos em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça”, lamentava Figueiredo em uma das páginas recuperadas por Zelic. Em outro trecho contundente, o relatório cita chacinhas no Maranhão, em que “fazendas liquidaram toda uma nação, sem que o SPI opusesse qualquer reação”.

Antonio Cunha/Esp. CB/D.A.Press - 30/11/12



Grupo de manifestantes queria marcar audiência com Dilma Rousseff, mas foi barrado na entrada. A presidente estava em viagem para Lima

Cocares e chocalhos no Planalto

» JULIANA BRAGA

Com cocares e chocalhos, aos gritos de “Dilma assassina”, cerca de 400 índios tentaram invadir o Palácio do Planalto na tarde de ontem. Eles derrubaram dois seguranças, chegaram a pressionar outro contra as paredes de vidro do palácio, mas não conseguiram passar pela segurança reforçada para a ocasião. Depois de desistirem da invasão, os índios voltaram para o acampamento, em Luziânia.

Os índios querem uma reunião com a presidente Dilma Rousseff e afirmam que só desistirão quanto tiverem um documento assinado com a data do encontro. “Queremos ver a presidente, ou que ela se manifeste a nosso respeito”, afirmou um dos representantes do grupo, Neginho Truca.

Segundo ele, os índios já se reuniram com 12 ministros do governo, mas nunca foram recebidos pela presidente. No momento em que os índios chegaram, a presidente havia acabado de sair do Palácio do Alvorada para viajar a Lima, no Peru,

Queremos ver a presidente, ou que ela se manifeste a nosso respeito”

Neginho Truca, manifestante



Número de seguranças que foram mobilizados para impedir a invasão

onde participaria de uma reunião de emergência da Unasul, convocada para analisar o processo eleitoral na Venezuela. Por meio da assessoria de imprensa, a Secretaria-Geral afirmou que índios “vieram só para invadir”, não negociar.

Foi feita uma proposta para os índios escolherem alguns representantes e formularem uma pauta para ser apresentada aos ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral) e José Eduardo Cardozo (Justiça). Mas não

houve acordo. Apesar da forma como chegaram ao Planalto, não houve confronto com os seguranças. Depois de terem a entrada barrada, os índios começaram a dançar e cantar em frente à porta principal. Cerca de 50 seguranças foram mobilizados. Um deles teve o rosto pintado pelos indígenas.

Do lado de fora, no estacionamento do Palácio, um grupo de soldados da Polícia do Exército estava de prontidão para entrar em ação. O grupo

recolheu os extintores de incêndio da área externa do Planalto, mas não entrou em confronto direto com os índios.

Portaria

Os manifestantes contestam a portaria 303, da Advocacia-Geral da União, que, entre outras alterações, proíbe a ampliação de terras indígenas já demarcadas. Ela também determina que as condicionantes utilizadas na demarcação da terra Raposo Serra do Sol sejam usadas para todas as futuras demarcações. Essas condicionantes, entretanto, deveriam ser apreciadas, antes, pelo Supremo Tribunal Federal, o que não foi feito.

Os manifestantes de ontem são os mesmos que invadiram, na terça-feira, no Plenário da Câmara dos Deputados. Lá, protestavam contra a PEC que transfere para o Congresso Nacional a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas. Hoje, a demarcação é feita por decreto presidencial, baseado em estudos da Fundação Nacional do Índio (Funai).

MINISTÉRIO PÚBLICO

Iano Andrade/CB/D.A.Press - 1/4/13

Janot quer diálogo com o governo

» JULIANA BRAGA

Um dia após o resultado da eleição, o subprocurador-geral da República Rodrigo Janot evita comemorar o resultado e atacar o atual PGR, Roberto Gurgel. Sem citá-lo, Janot afirma ser necessário “reconstruir as pontes” com os outros poderes e que essa será uma das prioridades de sua gestão, caso seja o escolhido. O subprocurador terá ainda de lidar com as manifestações das outras instituições vinculadas ao Ministério Público da União.

Em votação paralela, a adversária, subprocuradora-geral Deborah Duprat, ficou em primeiro lugar. Comenta-se no Palácio do Planalto existir uma preferência de Dilma por Janot, o mais votado na lista tríplice. A simpatia vem do fato de ele ter perfil diferente do de Gurgel. Não foi bem digerida a postura do atual procurador frente ao



Mais votado para substituir Gurgel, Janot quer “reconstruir pontes”

juízo do mensalão. Também foi criticada a representação contra o senador Renan Calheiros às vésperas de sua eleição à presidência do Senado.

Janot seria, na avaliação do Planalto, o menos alinhado a Gurgel. O subprocurador, apesar de se dizer confiante, não comenta a preferência de Dilma. “Eu confio na escolha da presidente da República, porque acredito que ela está muito preparada para fazer essas escolhas”, afirmou ao *Correio*. Além da escolha da presidente e da sabatina

no Senado, Janot precisará ainda lidar com possível resistência interna em outras instâncias do Ministério Público da União (MPU), fora o Ministério Público Federal (MPF).

Outras três votações foram feitas ontem, incluindo a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) e a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT). Janot ficou em primeiro lugar em duas delas e, na terceira, ganhou

» Fim do sigilo no STF

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de derrubar o sigilo da identidade de investigados pela Corte passa a valer hoje. Na semana passada, os ministros decidiram que todos os inquéritos que chegarem ao STF terão de dar entrada com o nome completo das partes. O Supremo é o foro competente para receber e julgar processos contra autoridades, como deputados federais, senadores e ministros de Estado. Na decisão tomada na semana passada, os ministros derrubaram uma resolução que havia sido editada em 2010, pelo então presidente do STF, Cezar Peluso, segundo a qual os processos poderiam aparecer apenas com as iniciais dos nomes. A adotada na semana passada tem como objetivo dar publicidade aos processos.

a subprocuradora-geral Deborah Duprat. Apesar de, tradicionalmente, a presidente escolher o primeiro colocado resultante da votação dos integrantes da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), as outras instâncias esperam também serem ouvidas. “Nós entendemos que é imprescindível que essa escolha, ainda que não prevista constitucionalmente, assim como não é a da lista da ANPR, se dê com a participação de todos os membros do Ministério Público da União”, afirmou o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima. A lista foi entregue ao Planalto ontem.

Segundo Carlos Eduardo, nos últimos anos, os chefes não têm dado prioridade às outras instituições ligadas ao Ministério Público da União. Ele nega,

entretanto, haver um racha entre as instituições. “Pelo contrário. As associações atuam em parceria em inúmeras questões, diariamente”, diz.

Janot afirma, entretanto, que, como se trata da escolha do chefe do Ministério Público Federal, as demais instituições não deveriam tentar interferir. “Os outros ramos fazem suas próprias listas, tem suas próprias escolhas e nós não interferimos”, diz. A ANPR divulgou nota ontem, assinada pelo presidente, Alexandre Camanho. “Este processo — do qual têm participado apenas, e com inteira pertinência, somente os procuradores da República — constitui um progresso institucional para o País e para todo o Ministério Público brasileiro, para o qual não cabe e não se pode desejar retrocesso”, afirmou.

» Três perguntas para

RODRIGO JANOT
Subprocurador-geral da República

Qual deve ser a marca da sua gestão?

Cada dia com a sua agonia. Ainda seria muito prematuro dizer qualquer coisa sobre a gestão. Mas na minha campanha ficou claro que o marco será o diálogo institucional, reconstruir as pontes do entendimento com os poderes da República e com os ministérios públicos.

Gurgel chegou a ser apontado como um dos responsáveis por quebrar essa ponte de diálogo. Como o senhor avalia?

Eu não me julgo juiz de ninguém, muito menos do procurador geral. Eu acho que o doutor Gurgel teve lá suas estratégias, teve lá sua maneira de atuar que ele acreditou certa. Com erros e acertos, como todos nós seres humanos.

A presidente teria uma preferência pelo senhor por ter um perfil diferente. Isso o favorece?

O meu perfil todo mundo conhece. Eu sou um sujeito do diálogo, sou proposto ao diálogo, gosto de conversar, gosto de resolver os problemas coletivamente. Esse é meu perfil. Se isso agrada a presidente, eu fico feliz.